

Anteprojeto deixará para os Estados decisão de adotar o parlamentarismo

Foto de Gustavo Miranda

BRASÍLIA — Os governadores poderão ser poupados de dividir o poder com um primeiro-secretário ou figura parecida, mesmo na hipótese de que a Constituinte limite os poderes do Presidente da República, instituindo o parlamentarismo como sistema de Governo. Se o Deputado Bernardo Cabral não surpreender novamente seus mais freqüentes interlocutores e relatores adjuntos, o anteprojeto que oferecerá quarta-feira à Constituinte deixará com a Assembleia Legislativa de cada Estado o direito de decidir, por maioria de dois terços, se adota ou não o parlamentarismo.

Esta proposta nasceu do receio de impor aos Estados, imediata ou gradualmente, através da nova Constituição, o parlamentarismo. E, como vários outros dispositivos que deverão constar do anteprojeto, não está incluída em nenhum dos cinco textos que serviram de base ao trabalho dos relatores adjuntos de Cabral.

Instalados na sala de reuniões da diretoria do Banco do Brasil, no 24º andar do edifício-sede, os relatores adjuntos trabalharam sobre cinco propostas: o projeto "Hércules" (resultado dos entendimentos entre o "Grupo dos 32" e o "Grupo Interpartidário", mais propostas exclusivas dos 32); o primeiro anteprojeto de Constituição, produzido a partir das inclusões das subcomissões e comissões temáticas; um projeto elaborado por assessores da Câmara recrutados por Cabral; e mais dois projetos individuais, dos juristas Sérgio Ferraz (colaborador de Cabral) e José Afonso da Silva (assessor do Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas).

Foi sobre essas propostas que começaram a trabalhar, convocados pelo Relator, três semanas atrás, os Senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), Wilson Nartins (PMDB-MS) e José Ignácio Ferreira (PMDB-ES) e o Deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ).

Cabral não compareceu à primeira reunião e deixou de ir a algumas outras. E nem era necessária sua presença permanente: pelo menos dois dos relatores adjuntos — Adolfo e José Ignácio — são seus antigos amigos.

A este grupo somaram-se, rapidamente, outros parlamentares, como José Serra (PMDB-SP) e Nelson Jobim (PMDB-RS), e diariamente foram se somando tantos que, na quarta-feira da semana passada, os relatores adjuntos consideraram impossível trabalhar no Banco do Brasil. Saíram ontem de lá e quem queria lutar à última hora pelo aproveitamento de sua proposta lidou com imensas dificuldades para chegar a Cabral e a seus auxiliares.

Os próprios assessores do gabinete de Cabral se comunicaram com ele ontem só através de telefonemas e bilhetes. O Relator sumiu por quase todo o dia. E os relatores adjuntos também sumiram. Não almoçaram no Banco do Brasil, como fizeram nos últimos dez dias, nem tomaram juntos no Banco o refresco de goiaba das tardes anteriores. Era uma diferença sensível em relação ao "Grupo dos 32": os companheiros de José Ri-



Bernardo Cabral está propenso a deixar a decisão com as Assembleias

cha tinham, disponível, o chimarrão a que o Senador se habituou no Paraná. No Banco do Brasil havia refresco e pouca fumaça: entre os relatores adjuntos, Adolfo é o único que fuma. E Jobim é o único teimoso, segundo alguns de seus companheiros no 24º andar.

Ali, sobre os cinco textos que serviram de referência, Fernando Henrique ou Adolfo tomavam a iniciativa de indicar a melhor opção. Na divergência, Cabral decidia qual dispositivo constaria do anteprojeto que a Constituinte conhecerá amanhã. Os relatores acham que o novo texto é "de centro".

— De centro com algum avanço à esquerda — garantiu o Deputado Adolfo de Oliveira, citando como exemplo o piso de um salário-mínimo para a aposentadoria.

Adolfo sabe que a esquerda considera pequena essa conquista, mas acha que também a direita vai considerar escassas as conquistas a serem expressas no anteprojeto.

O texto não estabelecerá diferenças entre categorias profissionais para a aposentadoria por tempo de serviço aos 35 anos de trabalho. E vai deixar com a legislação ordinária as exceções.

No grupo de relatores adjuntos chegou a ser cogitada a hipótese de reservar também à legislação ordinária a regulamentação da questão crucial de imissão na posse da terra. Não será surpresa se Cabral excluir do anteprojeto qualquer dispositivo a respeito e acabar estabelecendo, em relação à reforma agrária, nada menos que os dispositivos da atual Constituição que regulam a desapropriação de terras.

Outra repetição: tudo indica que Cabral incluirá no anteprojeto a Emenda nº 26 da Constituição atual, no que se refere à anistia, pela qual os militares cassados são reformados sem direito a indenização retroativa. É como desejam os militares, o Governo, os relatores adjuntos e Cabral.

Melhor sorte do que os interessados pela anistia terão os estrangeiros naturalizados: só não poderão ser Presidente da República, diplomata, militar e ministro do Supremo. To-

das as outras restrições serão extintas.

Extintas também serão as sociedades arrecadoras e distribuidoras de direitos autorais: o anteprojeto vai propor a estatização completa do setor, onde há anos proliferaram denúncias de corrupção e administração nociva aos autores e compositores.

Outra estatização — a do setor de saúde — não é uma questão resolvida para Cabral e seu grupo. Qualquer resolução neste momento sobre o assunto será provisória.

Não é um problema isolado. De certa forma, Cabral joga no escuro com a maioria das propostas sobre temas polêmicos e, por isso, tornou exploratória, de sondagem, a reunião que manteve com os líderes partidários na sexta-feira.

Ontem, lideranças expressivas na Constituinte, como o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, chegavam a duvidar de que Cabral proponha mesmo o parlamentarismo em seu anteprojeto. Sant'Anna já foi vítima da indecisão ou da deliberada confusão que o Relator produz como tática: no meio da semana passada, Cabral anunciou ao Líder do Governo que proporia a vigência do parlamentarismo a partir da sucessão do Presidente Sarney. Reformulou duas vezes essa decisão e insiste em fazer segredo sobre o novo anteprojeto, parlamentarista em homenagem ao Senador Afonso Arinos, Presidente da Comissão de Sistematização.

Esse parlamentarismo compreende, além de todas as regras já conhecidas, a criação de dois conselhos para o Governo: o Conselho da República e o Conselho de Defesa. O Conselho da República pronuncia-se sobre a dissolução da Câmara Federal, nomeação e exoneração do Primeiro-Ministro, realização de referendo e outros casos previstos na Constituição. Os militares ficam fora desse e integram o Conselho de Defesa. Competência: declarar guerra e celebrar paz; intervir nos Estados; decretar estado de defesa ou de sítio e manifestar-se, por iniciativa do Presidente da República, sobre assuntos relacionados com a segurança nacional.

Adiamento não vai alterar cronograma

BRASÍLIA — O adiamento para quarta-feira da apresentação do substitutivo do Relator Bernardo Cabral não atrasará o cronograma da Constituinte. A data de 20 de setembro será mantida para a apresentação do projeto ao plenário da Assembleia. Não atrasará a discussão no plenário foi condição imposta pelo Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para prorrogar o prazo de entrega do substitutivo, que venceria domingo passado.

O novo calendário prevê a publicação dos avulsos no dia 27, quinta-feira, e o recebimento de emendas entre 28 de agosto e 2 de setembro. O Relator terá cinco dias para dar parecer e, se for o caso, apresentar novo substitutivo, no dia 8. A publicação será no dia 9, e de 10 a 17 de setembro a Comissão de Sistematização discutirá e votará o projeto, cuja redação final, depois de publicada, entra em plenário no dia 20.

Em sigilo, grupo termina debate do substitutivo

BRASÍLIA — Cercado por um eficiente sistema de segurança e em absoluto sigilo, o grupo que trabalha com o Relator Bernardo Cabral pôde examinar, ontem, o substitutivo liberado pelo Prodasen e que será entregue oficialmente amanhã ao Presidente Constituinte, Ulysses Guimarães.

As 15 horas os relatores adjuntos deram por concluída a fase temática e o texto ficou na mão dos assessores para a redação final. O Deputado Valdo Barbosa (PDT-RJ) confirmou estar o trabalho terminado e iniciada a fase de negociação política, "já que o substitutivo está longe de ser consensual". Um dos assessores informou que a redação fica pronta hoje e que o texto terá quase 300 artigos.

A reunião do Banco do Brasil, ontem, foi diferente das anteriores. O sistema de segurança, utilizando walkie-talkies, chegou a impedir o acesso de repórteres fotográficos ao 24º andar, onde fica a sala de reuniões, de acesso proibido.

Segundo o Deputado Nelson Jobim, a única cópia do substitutivo ficou com o Relator, que deixou o Banco pouco depois do meio-dia, após receber a visita de Ulysses. O Presidente da Constituinte lá esteve para acompanhar os detalhes finais do texto e saiu convencido de que o prazo será cumprido.

Um outro grupo de trabalho concluiu o capítulo referente à Justiça, definindo a criação do Conselho Nacional de Justiça — que controlará os gastos do Judiciário — e do Tribunal de Pequenas Causas, com a figura do juiz leigo, desafiando assim os processos que se acumulam em primeira instância. Foi alterada ainda a função do Supremo Tribunal Federal, que passará a cuidar quase exclusivamente das questões constitucionais.

Sandra acha que o anteprojeto cai se for modificado

BRASÍLIA — Se o Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral, rejeitar as propostas de consenso elaboradas pelo "Grupo dos 32", em conjunto com o "Grupo Interpartidário", para aproveitar as sugestões apresentadas pelos relatores adjuntos do PMDB, o seu substitutivo será derrubado no plenário da própria comissão pelo "Grupo dos 32", com o apoio de outros constituintes "moderados". Essa previsão é da Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), integrante do "Grupo dos 32" e da Comissão de Sistematização.

Sandra está visivelmente irritada com os rumos que está tomando o trabalho de elaboração do substitutivo de Bernardo Cabral, devido à grande influência dos relatores adjuntos — Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), Nelson Jobim (PMDB-RS) e Wilson Martins (PMDB-SC).

Mas adianta que o "Grupo dos 32" já está articulando a aprovação de nove emendas ao substitutivo de Cabral que reconstituíram os principais pontos do "Hércules" (projeto de consenso).

— Se desaparecerem as propostas elaboradas depois de tanto debate, de tanto trabalho, é sinal de que ele não quis atender ao "Grupo de Consenso", para se valer do pequeno grupo de assessores do PMDB. Neste caso, estaremos desobrigados e à vontade para fazer valer o "Hércules", na forma de nove emendas — argumenta Sandra.

A Deputada está magoada porque os integrantes do "Grupo dos 32" não foram chamados ao Banco do Brasil para ajudar na elaboração do substitutivo.

Reconhece que também há a presença do Deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ) — representante dos "moderados" — entre os relatores adjuntos. Mas lembra que ele não tem a menor in-



Interferências irritam Sandra

fluência sobre o resultado do trabalho. Acha que seria fundamental a presença de um representante do PFL.

No momento de votar na Sistematização, o "Grupo dos 32" vai votar propostas que defendam a livre iniciativa e a não-ingestão do Estado, e inviabilizem o ato de governar por decretos-leis, a ampliação de impostos, e a aplicação de empréstimos compulsórios sem prévio debate no Congresso Nacional.

O grupo também vai lutar pela manutenção do direito de propriedade, que acaba com a imissão imediata na posse de terra no processo de reforma agrária, explica Sandra.

Se o substitutivo de Cabral contemplar todos estes pontos, será aprovado. Se não contemplar, será substituído pelo "Hércules".

Sandra acha que consegue tranquilamente a maioria de votos na Sistematização. Chega a arriscar o número de 49 votos — dois a mais do que o necessário. Este é o mesmo número previsto pelo Senador Virgílio Távora — integrante do "Grupo dos 32".

O Líder do PFL da Câmara, José Lourenço, é mais otimista, prevendo 54 votos para os "moderados". Já o Líder do PTB, Gastone Righi, conta com 53 votos para esse grupo.